aneme

RELATÓRIO E CONTAS DO EXERCÍCIO

2019

setembro de 2020

1. RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2019

RELATÓRIO DE ATIVIDADES DE 2019

Introdução

Nos termos do disposto na alínea d) do art. 22º dos Estatutos desta Associação, vem a Direção submeter à apreciação e votação pela Assembleia Geral o Relatório e Contas relativo ao exercício de 2019.

O ano de 2019, traduziu-se na manutenção de todo um conjunto de serviços nas áreas jurídica, laboral, económica, técnica, fiscal e associativa quer por via de email, correio, telefónico, site ou presencial.

Todo este apoio aos associados é consubstanciado num número apreciável de consultas por via-eletrónica, telefónica ou presencial.

Todo este conjunto de serviços às empresas associadas são complementados com uma série alargada de informações temáticas, seminários, workshops e conferências.

De referir também o apoio direto à comunidade através do funcionamento do Gabinete de Inserção Profissional (GIP), o qual resulta de um contrato celebrado com o Estado Português, através do Instituto de Emprego e Formação Profissional.

O funcionamento deste gabinete está articulado com o portal de emprego de que a ANEME é um dos parceiros.

Quanto aos projetos desenvolvidos pela ANEME há que salientar o Projeto Formação Ação que foi concluído em 2019 e que apoiou as empresas nos seus processos de mudança e inovação, nas áreas de organização e gestão.

Existe já outro projeto Formação-Ação que decorrerá entre 2019 e 2021 e que abarca, para além das áreas de organização e gestão, a valência da internacionalização.

Terminou também, em 2019, o Projeto ExpoÁfrica que visou promover a visibilidade internacional dos produtos do setor, na Argélia e Gana, bem como o projeto Valor Metal que visou acelerar a transição para a Economia Digital e Economia Circular.

Deu-se início, em 2019 ao projeto Conjunto de Internacionalização das Empresas Metalúrgicas e Eletromecânicas que abarca não só a presença num conjunto alargado de feiras, bem como, na realização de várias missões.

A ANEME, em 2019, apresentou também no âmbito do Portugal 2020 dois novos projetos. O SIAC Qualificação e SIAC Internacionalização.

No âmbito, de representação internacional, a ANEME manteve a representação na CE-CPLP – Confederação Empresarial da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, onde assume os cargos de Vice-Presidente da Comissão Executiva e Vice-Presidente da Assembleia Geral.

No âmbito da CEEMET, a ANEME foi eleita para desempenhar a função de Presidente do Plenário do Diálogo Social, no âmbito da Comissão Europeia.

1. Participações Associativas

Ao longo do ano de 2019, a ANEME manteve a participação nos órgãos sociais das seguintes instituições:

- AFTEM (Associação para a Formação Tecnológica de Engenharia Mecânica e Materiais) – membro da Direção.
- APCER (Associação Portuguesa de Certificação) – vogal do Conselho Fiscal.
- CEDINTEC (Centro para o Desenvolvimento e Inovação Tecnológicos) – Presidente do Conselho Fiscal do CEDINTEC.
- CENFIM (Centro de Formação Profissional da Indústria Metalúrgica e Metalomecânica) – é outorgante do Protocolo que instituiu o CENFIM, sendo membro do seu Conselho de Administração, Comissão de Fiscalização e Conselho Técnico-Pedagógico.
- CIP (Confederação Empresarial de Portugal) – integrou a Direção e o Conselho Geral da CIP.
- CNE (Centro Nacional de Embalagem) – integrou a Direção.
- FENAME (Federação Nacional do Metal) – deteve a Presidência da FENAME.
- IATT (Instituto de Apoio Técnico e Tecnológico) – entidade fundadora, assumindo a Presidência.
- WEEEcycle – Associação de Produtores de EEE (Entidade Gestora de Resíduos EEE) – membro do Conselho Consultivo.

De referir que a ANEME é membro fundador da ASSOCIAÇÃO POOL NET, PRODUTECH, da CERTIF (Associação para a Certificação) e do CATIM (Centro de Apoio Tecnológico à Indústria Metalomecânica).

A ANEME manteve ainda a representação das empresas portuguesas do setor metalúrgico e eletromecânico nas seguintes organizações internacionais:

- CE-CPLP - Confederação Empresarial da Comunidade de Países de Língua Portuguesa, Vice-Presidente da Comissão Executiva; Vice-Presidente da

Assembleia Geral e integra em representação de Portugal a Comissão Instaladora do Conselho Económico Social da CPLP.

- CEEMET - European Tech & Industry Employers.

2. Projetos

Em 2019, foram desenvolvidos vários projetos aprovados no âmbito do Portugal 2020, no quadro do Programa Operacional da Competitividade e Internacionalização.

PROJETO CONJUNTO DE INTERNACIONALIZAÇÃO DE EMPRESAS METALÚRGICAS ELETROMECÂNICAS - 2019/2021 (SISTEMA INCENTIVOS INTERNACIONALIZAÇÃO)

O projeto conjunto de internacionalização, que decorrerá no período de 2019 a 2021, iniciou-se em março de 2019 e será concluído em fevereiro de 2021, visando incrementar a internacionalização do setor e reforçar a capacitação empresarial das suas PME's para a internacionalização, através da prospeção de novos mercados emergentes, alternativos e apelativos para as empresas do setor e da consolidação dos mercados europeus, com a participação em feiras e certames estratégicos para o setor, incluindo as feiras de subcontratação e tecnologia industrial.

Desta forma o projeto tem assim duas grandes vertentes estratégicas:

1. Prospeção de novos mercados alternativos com oportunidades para o setor, alargando a sua base e capacidade exportadora: missões empresariais à Argélia, Gana e Guiné Equatorial.

2. Consolidação dos mercados europeus através da presença em feiras e certames estratégicos para o setor, em termos de subcontratação e de tecnologia industrial, promovendo a oferta nacional e aumentando a capacidade exportadora do setor no espaço europeu: MIDEST, METALMADRID, BIEMH, ELMIA SUBCONTRACTOR, MSV, EUROBLECH e METALLOOBRABOTKA.

PROJETO FORMAÇÃO AÇÃO PARA PME 2017/2019 (PROJETOS CONJUNTOS - FORMAÇÃO-AÇÃO)

O projeto teve início em 2017 e inicialmente estava programado para ser concluído no final de 2018, mas, tendo em vista alcançar um maior grau de realização do mesmo, foi alterada a sua conclusão para maio de 2019.

Este projeto teve como objetivo promover a qualificação das empresas do setor metalúrgico e eletromecânico, através do fortalecimento das competências dos empresários e seus colaboradores, apoiando as empresas nos seus processos de

mudança e inovação, nas áreas da Organização e Gestão. A intervenção assentou numa metodologia de formação-ação, alternando momentos de formação e de consultadoria em contexto organizacional.

Embora o plano de intervenção esteja previamente definido, fixando um padrão para a duração das intervenções de formação e consultadoria, as ações a implementar foram dirigidas aos problemas e oportunidades identificadas no diagnóstico individual de cada PME.

O projeto apoiou, 26 PME, na área temática Organização e Gestão.

PROJETO FORMAÇÃO AÇÃO PARA PME 2019/2021 (PROJETOS CONJUNTOS - FORMAÇÃO-AÇÃO)

Dando continuidade ao projeto anterior, teve início em setembro de 2019 e será concluído em agosto de 2021.

Este projeto visa, tal como o anterior, promover a qualificação das empresas do sector metalúrgico e eletromecânico, através do fortalecimento das competências dos empresários e dos trabalhadores, apoiando as empresas nos seus processos de mudança e inovação, nas áreas da Organização e Gestão e da Internacionalização. A intervenção assenta numa metodologia de formação-ação, alternando momentos de formação e de consultadoria em contexto organizacional.

O projeto englobará o apoio a 24 empresas, sendo desenvolvido em três fases: elaboração do diagnóstico e plano de ação, implementação do plano de ação através de atividades de consultoria e formação e avaliação de resultados.

EXPORÁFRICA - 2017/2019 (SISTEMA DE APOIO A AÇÕES COLETIVAS - INTERNACIONALIZAÇÃO)

O projeto ExporÁfrica - Exploring New African Markets, que se iniciou em 2017 e inicialmente estava previsto ser concluído no final de 2018, foi prolongado até março de 2019, de forma a realizar a missão inversa do Gana em Portugal, que, por dificuldades de obtenção de vistos e de conciliação de agendas, não foi possível realizar na data prevista.

Este projeto inscreveu-se na estratégia de internacionalização definida pela ANEME para as empresas do setor metalúrgico e eletromecânico, assente na diversificação de mercados de exportação, apostando em novas geografias com potencial de crescimento económico e estabilidade social e política.

Em termos gerais o projeto pretendeu reforçar a capacitação empresarial para a internacionalização, com vista a promover o aumento das exportações e a

visibilidade internacional dos produtos metalúrgicos e eletromecânicos portugueses na **Argélia** e **Gana**, sendo os seus objetivos estratégicos os seguintes:

1) Aumentar o conhecimento das PME do setor metalúrgico e eletromecânico, sobre os mercados da Argélia e do Gana - modos de funcionar, cultura de negócios, oportunidades e necessidades destes mercados;

2) Promover a capacitação de um conjunto significativo de empresas no sentido de facilitar abordagens eficazes, sustentadas e fundamentadas, aos canais de distribuição destes países;

3) Realizar a prospeção e o engagement para este setor e fortalecer as relações institucionais entre os países, como forma de encurtar o caminho de atuação comercial das empresas portuguesas.

No ano 2019 foi concluído o projeto com a realização em março da missão inversa em Portugal com representantes institucionais e opinion makers, do mercado do Gana.

A Missão Inversa, realizou-se em Lisboa, entre os dias 11 e 14 de março de 2019, tendo um grupo de representantes de instituições e empresas ganesas visitado a ANEME e diversos centros de formação e tecnológicos, bem como empresas portuguesas do setor da metalurgia e eletromecânica.

Foram assim cumpridos, com a realização desta missão, os seguintes objetivos definidos:

- Organização de um Evento Institucional – Conferência **"**NEGÓCIOS ENTRE PORTUGAL E GANA: OPORTUNIDADES DE COOPERAÇÃO NA METALURGIA E ELETROMECÂNICA**",** realizada no dia 12 de março no Hotel Tivoli Oriente, contando com 40 participantes de instituições e empresas portuguesas com interesses no mercado do Gana, com o objetivo de apresentar a economia ganesa, as condições de investimento neste país e, em particular, as oportunidades de cooperação entre stakeholders ligados ao setor da metalurgia e eletromecânica dos dois países (Portugal e Gana);

- Assinar dois Protocolos – Acordos de Cooperação: um com a Câmara Nacional do Comércio e Indústria do Gana, outro com a Associação das Indústrias do Gana; ambos com o objetivo de criar parcerias entre Portugal e Gana, nomeadamente no domínio das PMEs (Pequenas e Médias Empresas) do setor e sua internacionalização;

- Promover contactos entre os empresários portugueses da metalurgia e metalomecânica com interesses no Gana e as instituições ganesas presentes – MoTi (Ministério do Comércio e Indústria do Gana), AGI (Associação das Indústrias do Gana) e GNCCI (Câmara de Comércio e Indústria do Gana), bem como, com as empresas ganesas representadas na Delegação - o Grupo Jospong, a Metalex, a Makro Structures e a Titan Wood.

VALOR METAL - 2018/2019 (SISTEMA DE APOIO A AÇÕES COLETIVAS - QUALIFICAÇÃO)

O projeto Valor Metal que se iniciou em 2018, foi concluído no final de 2019 e pretendeu gerar condições para o desenvolvimento das PME do setor nos novos paradigmas de inovação e competitividade, dotando-as de conhecimento, informação e ferramentas para acelerar a transição para Economia Digital e Economia Circular.

Pretendeu-se que as iniciativas que integraram este projeto fossem indutoras de novas formas de gestão e organização empresarial, nos processos de produção industrial, ao longo de toda a cadeia de valor e nos próprios produtos, incorporando a digitalização, a circularidade, a ecoeficiência e a inovação como fatores críticos de competitividade no mercado global.

Das várias áreas de intervenção, foram concluídas em 2019 as seguintes atividades:

- **Economia Circular:**
  - Definição de uma agenda setorial
  - Ações de capacitação para a economia circular
  - Plataforma marketplace valor metal

- **Ecoeficiência – SIMCA V2 - SISTEMA DE MONITORIZAÇÃO DOS CUSTOS AMBIENTAIS:**
  - Ações de sensibilização, informação e demonstração da plataforma SIMCA (seminários e webinars)
  - Desenvolvimento da plataforma SIMCA V2
  - Introdução do módulo de análise de dados – SIMCA V2

- **Indústria 4.0 – Digitalização:**
  - Avaliação do estado de maturidade atual da indústria no que toca à indústria 4.0
  - Identificação dos principais desafios do setor metalúrgico e eletromecânico na indústria 4.0
  - Recomendações e plano de ação na transição para a digitalização do setor
  - Workshops com especialistas nas tecnologias da Indústria 4.0 com impacto no setor

- **Informação empresarial:**
  - Produção de meios de informação (boletim, barómetro e anuário 2019)
  - Ações de sensibilização (literacia financeira, gestão de projetos, fiscalidade, apoios e financiamentos ao investimento, proteção e segurança da informação, etc.)

- **Comunicação e disseminação de resultados do projeto** (site, comunicação, materiais promocionais, newsletters e seminário final)

3. Seminários

Foram realizados 23 seminários dirigidos às empresas associadas, que decorreram nas várias regiões do país, designadamente em Lisboa, Leiria, Marinha Grande, Braga, Porto, Castelo Branco, Santarém e Évora**.** Foram envolvidos cerca de 600 participantes nos vários eventos realizados.

- ✓ Marcação CE EN 1090 – ½ Estruturas Metálicas - 22 de janeiro (Lisboa)
- ✓ Certificação NP EN ISO 3834 – 2:2015 - 29 janeiro (Lisboa)
- ✓ Orçamento do Estado para 2019 – 4 de fevereiro (Lisboa)
- ✓ Sessão de Esclarecimento - Formação Financeira - 6 fevereiro (Lisboa)
  ISO 45001 e Segurança de Equipamentos de Trabalho – Decreto-Lei nº50/2005 - 12 março (Lisboa)
- ✓ Encerramento de contas na perspetiva fiscal – preenchimento e conferência da Declaração Modelo 22 - IRC - 8 maio (Lisboa)
- ✓ Alterações ao Código de Trabalho - 20 setembro (Marinha Grande)
- ✓ Alterações ao Código de Trabalho - 23 setembro (Évora)
- ✓ Alterações ao Código de Trabalho - 24 setembro (Lisboa)
- ✓ Alterações ao Código de Trabalho - 8 outubro (Braga
- ✓ Seminário ANEME/COSEC - Nova Linha de Seguro de Créditos para Setores Metalúrgico, Metalomecânico e de Moldes, com garantia do Estado) - 9 outubro (Lisboa)
- ✓ Proteção de dados pessoais e segurança de informação - 15 outubro (Marinha Grande)
- ✓ Proteção de dados pessoais e segurança de informação - 18 outubro (Lisboa)
- ✓ Migração para a Norma ISO 45001- principais requisitos e diferenças da OHSAS 18001 - 24 outubro (Lisboa)
- ✓ Tributação internacional e mecanismos de eliminação da dupla tributação - 6 novembro (Marinha Grande)
- ✓ A preparação do encerramento de contas do período de 2019 – 13 dezembro (Lisboa)

No âmbito do projeto ExporÁfrica realizámos:

- ✓ Conferência "Negócios entre Portugal e Gana: Oportunidades de Cooperação na Metalurgia e Eletromecânica", realizada no dia 12 de março no Hotel Tivoli Oriente Lisboa. Contou com a presença da Senhora Anna Bossman, Embaixadora da República do Gana para França e Portugal e na sessão de encerramento com a intervenção do Senhor Secretário de Estado da Internacionalização, Dr. Eurico Brilhantes Dias.

No âmbito do projeto Valor Metal realizámos:

- ✓ Workshop - “Robótica Avançada e Realidade Virtual” - 30 maio (Lisboa)
- ✓ Workshop - “Indústria 4.0 – Robótica avançada, internet das coisas e realidade aumentada” 22 julho (Porto)
- ✓ Workshop - “Projeto Valor Metal”- Indústria 4.0 e Economia Circular - 7 novembro (Batalha)
- ✓ Workshop - “Economia Circular - Inovação e Competitividade na Indústria Metalúrgica e Eletromecânica” - 7 setembro (Santarém)
- ✓ Workshop - “Economia Circular - Inovação e Competitividade na Indústria Metalúrgica e Electromecânica” - 7 novembro (Castelo Branco)
- ✓ Workshop - “Economia Circular - Inovação e Competitividade na Indústria Metalúrgica e Eletromecânica” - 13 novembro (Braga)
- ✓ Seminário “Economia Circular, Ecoeficiência e Digitalização – Fatores de Competitividade para a Metalurgia e Eletromecânica” - 16 dezembro (Lisboa)

4. Contratação Coletiva

A Associação, no âmbito do seu Departamento Jurídico, procedeu à elaboração da proposta para revisão do contrato coletivo do setor celebrado entre a FENAME e o SITESE/ SINDEL/ FE, SE e SIMA e integrou a Comissão Negociadora Patronal para revisão daquela convenção.

5. Representação Nacional e Internacional

A nível nacional:

A ANEME manteve os contactos regulares e institucionais com o IAPMEI, APA, AICEP, IEFP, CEDINTEC, ISQ, CATIM, CERTIF, APCER, BUREAU VERITAS, CENFIM e outras entidades públicas e privadas.

No âmbito da CIP, a ANEME manteve a sua participação em reuniões e nos grupos de trabalho.

Em articulação com a CIP, a ANEME participou ainda, através do Departamento Técnico, nos conselhos consultivos da ERSE (secção elétrica e de gás natural).

Acompanhou ainda as provas de aptidão final, integrando júris em articulação com o CENFIM e outras entidades formadoras (Casa Pia; Escola Profissional Rio Maior).

A nível internacional:

A ANEME acompanhou os trabalhos desenvolvidos ao nível das organizações europeias do setor, em que está filiada, tendo participado nas seguintes reuniões da CEEMET:

- CEEMET – MET Sector Dialogue Social – Bruxelas – 19 março
- CEEMET – 36th IER Committee Meeting – Bruxelas – 28 maio
- CEEMET – 79th EU Committee Meeting – Bruxelas – 29 maio
- CEEMET – 32nd General Assembly – Bruxelas – 10 julho
- CEEMET – 33rd General Assembly – Paris – 24 outubro
- CEEMET – 37th IER Committee Meeting – Bruxelas – 20 novembro
- CEEMET – MET Social Dialogue Plenary Meeting – Bruxelas – 11 dezembro

No âmbito da sua filiação na CE-CPLP – Confederação Empresarial da Comunidade de Países de Língua Portuguesa, participou nas seguintes reuniões:

- Assembleia Geral Ordinária da CPLP – Ponta Delgada, Açores – 6 dezembro

Participou ainda nas reuniões da Comissão de Acompanhamento do Centro de Formação Profissional da Metalomecânica, em Moçambique (realizadas nos dias 9 de abril e 3 de dezembro).

Organizou em conjunto com a UGT, a Gala Comemorativa dos 20 anos do CFPM.

No âmbito do projeto ExporÁfrica foi realizada a missão institucional inversa do Gana a Portugal de 11 a 14 de março.

De referir que no âmbito desta missão foram assinados protocolos de colaboração com entidades associativas do Gana, designadamente com:

- a Câmara Nacional de Comércio e Indústria do Gana ((Protocolo assinado por José de Oliveira Guia, Presidente da Direção da ANEME e Clement Osei-Amoako, Vice-Presidente da GNCCI);
- a Associação das Indústrias do Gana (Protocolo assinado por José de Oliveira Guia, Presidente da Direção da ANEME e Yaw Adjare-Danquah, Membro de Direção da AGI).

6. Missões e Feiras

6.1. Missões Empresarias

- Missão Empresarial à Guiné Equatorial – Malabo - 17 a 21 julho

Contactos por empresa: 6
Visitas empresariais e institucionais: 5
Esta missão foi acompanhada pelo Senhor Embaixador da Guiné Equatorial em Portugal, Tito Mba Ada Nsue.

- Missão Institucional Inversa do Gana a Portugal – Lisboa - 11 a 14 de março

N.º de participantes Ganeses: 4
Visitas realizadas a entidades / empresas: 5
Reuniões B2B, no âmbito da conferência, com 40 participantes
Protocolos / Acordos de cooperação assinados: 2

6.2 Feiras Internacionais

A ANEME organizou visitas e/ou promoveu stands coletivos nas seguintes feiras internacionais:

- MIDEST LYON – 5 a 8 de Março

N.º de empresas participantes: 9
Espaço adjudicado: 99 m2
N.º total de contactos estabelecidos pelas empresas participantes: 129
Grau de satisfação com a ANEME na organização e apoio à feira: 94.4%

- MIDEST LYON - VISITA TECNICA – 5 a 7 de março

N.º de empresas participantes: 4
N.º total de contactos estabelecidos pelas empresas participantes: 61
Grau de satisfação com a ANEME na organização e apoio à feira: 100%

- SUBCONTRATATION Bilbau – 4 a 6 de junho

N.º de empresas participantes: 8
Espaço adjudicado: 87 m2
N.º total de contactos estabelecidos pelas empresas participantes: 96
Grau de satisfação com a ANEME na organização e apoio à feira: 98 %

- METALMADRID – Madrid – 27 e 28 novembro

N.º de empresas participantes: 3
Espaço adjudicado: 39 m2
N.º total de contactos estabelecidos pelas empresas participantes: 44
Grau de satisfação com a ANEME na organização e apoio à feira: 100%

- FACIM - Feira Internacional de Maputo - Moçambique - 27 de agosto a 3 de setembro

Presença institucional em Stand conjunto com o CFPM (Centro de Formação Profissional da Metalomecânica de Maputo), que contou com mais de 50 contactos institucionais e empresarias. No âmbito dessa participação foi exibido aos visitantes do Pavilhão de Portugal, um vídeo sobre o Sector Metalúrgico e Eletromecânico, através do qual se caracterizou e promoveu o sector.

- METALMADRID - VISITA TECNICA – Madrid 27 e 28 novembro

N.º de empresas participantes: 3
N.º total de contactos estabelecidos pelas empresas participantes: 21
Grau de satisfação com a ANEME na organização e apoio à feira: 100%

6.3. Feiras Nacionais

A ANEME esteve representada nas seguintes feiras nacionais:

- TEKTÓNICA - Lisboa - 8 a 11 de maio

N.º contactos estabelecidos durante a realização da feira: 40
N.º de diretórios do setor distribuídos: 50

- MOLDPLÁS - Batalha - 6 a 9 novembro

N.º contactos estabelecidos durante a realização da feira: 53
N.º de diretórios do setor distribuídos: 60

Realização de Workshop sobre a Indústria 4.0 no Setor Metalúrgico e Eletromecânico & Economia Circular – Plataforma “Marketplace Valor Metal”
N.º participantes: 39

7. Ações de divulgação, apoio às empresas e publicações

No plano da divulgação de legislação e informação relevante para os associados, a ANEME manteve a edição do Boletim “Informa” e do Barómetro do setor, com periodicidade mensal e a distribuição de informações de caráter económico, jurídico, técnico e comercial.

Foram divulgadas durante 2019 as seguintes informações temáticas:

- 13 informações económicas e fiscais
- 33 informações jurídicas
- 2 informações técnicas
- 10 informações comerciais
- 1 informações gerais

A ANEME prestou ainda informação e apoio aos associados nas áreas jurídica, laboral, económico-fiscal, técnica (normalização, segurança, qualidade, ambiente e regulamentação industrial, nacional e comunitária), comercial, acesso aos mercados e apoios ao investimento e financiamento.

Continuou ainda a apoiar e acompanhar, através do seu Departamento Técnico, os processos de alvarás e títulos de registo e as ações de licenciamento industrial/ambiental, das empresas associadas.

De salientar que o Departamento Jurídico, ao longo do ano 2019 respondeu por escrito a 867 solicitações de associados, na área jurídica e socio-laboral.

Foram prestados pelos vários departamentos inúmeros esclarecimentos por contacto telefónico, tendo ainda sido realizadas muitas reuniões presenciais de apoio aos associados.

Através do novo portal da ANEME, foi disponibilizado todo um conjunto de informações e conteúdos relevantes para as empresas associadas e continuou a ser promovido o setor em termos internacionais, realçando-se o facto de que o portal ANEME teve cerca de 50.000 consultas/visitas em 2019.

Através do Portal do Emprego (www.aneme.trabalhando.pt) foi disponibilizado um serviço às empresas do setor que visou agilizar os processos de recrutamento de recursos humanos qualificados e especializados.

O apoio disponibilizado pela ANEME às empresas associadas nesta área foi ainda articulado com o GIP - Gabinete de Inserção Profissional, criado na ANEME em 2015, através de protocolo celebrado com o IEFP, que constitui mais uma ferramenta a utilizar nos processos de recrutamento de trabalhadores.

Quanto a publicações editadas durante o ano de 2019, como acima referimos, manteve-se a edição mensal do Boletim “Informa” e do Barómetro do setor, a divulgação de informações técnicas e ainda a difusão através do portal da ANEME de inúmeras newsletters informativas eletrónicas.

Salientamos ainda a edição das seguintes publicações no âmbito dos vários projetos desenvolvidos ao longo do ano:

- 30 ª Edição do Anuário da Metalurgia e Eletromecânica
- Agenda para a economia circular do sector metalúrgico e eletromecânico
- Guia de melhores práticas de economia circular do sector metalúrgico e eletromecânico
- Guia de Boas Práticas – Finanças para Exportação e Internacionalização

Lisboa, 24 de junho de 2020

A DIREÇÃO

2. CONTAS DO EXERCÍCIO 2019

ANEME

Associação Nacional das Empresas Metalúrgicas e Electromecânicas

Demonstrações Financeiras Individuais

Exercício 2019

Junho de 2020

Índice

Demonstrações financeiras individuais para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2019

- Balanço Individual em 31 de Dezembro de 2019 4
- Demonstração dos Resultados Individuais em 31 de Dezembro de 2019 5
- Demonstração dos Fluxos de Caixa Individuais em 31 de Dezembro de 2019 6
- Demonstração das Alterações do Fundo Associativo em 31 de Dezembro de 2019 7
- Anexo

1. Nota introdutória 8
2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras 8
3. Principais políticas contabilísticas 9
4. Fluxos de Caixa 10
5. Divulgações de Partes Relacionadas 11
6. Ativos Intangíveis 12
7. Ativos Fixos Tangíveis 12
8. Custos de Empréstimos Obtidos 14
9. Investimentos em Associadas 14
10. Inventários 15
11. Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros 15
12. Rédito 16
13. Subsídios do Governo 16
14. Acontecimentos após a data de balanço 17
15. Impostos sobre o rendimento 18
16. Instrumentos Financeiros 19
17. Benefícios dos Empregados 22
18. Informações exigidas por diplomas legais 22
19. Outras informações 22

Demonstrações Financeiras Individuais

para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2019

Aneme - Associação Nacional das Empresas Metalúrgicas e Electromecânicas

Balanço Individual em 31 de Dezembro de 2019

(Valores expressos em euros)

	Notas	31.Dez.19	31.Dez.18
Ativo			
Ativos fixos tangiveis	7	1 039 099,66	656 447,91
Participações financeiras - outros métodos	5/9/16	156 562,96	148 255,76
Total dos Ativos Não Correntes		1 195 662,62	804 703,67
Clientes	16	176 971,21	229 759,96
Adiantamentos a fornecedores	16	-	3 000,00
Estado e outros entes públicos	16	-	2 437,85
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	11	73 532,78	274 447,62
Outras contas a receber	16	407 092,54	496 469,00
Diferimentos	19	27 611,52	14 499,00
Caixa e depósitos bancários	4	124 128,01	20 872,33
Total dos Ativos Correntes		809 336,06	1 041 485,76
		2 004 998,68	1 846 189,43
Fundo Associativo			
Fundo Associativo	19	323 735,57	323 735,57
Resultados transitados		186 506,05	75 553,48
Outras variações nos fundos patrimoniais		50 000,00	50 000,00
Resultado liquido do exercicio		1 824,77	2 095,12
Total dos Capitais Próprios		562 066,39	451 384,17
Passivo			
Fornecedores	16	344 860,00	-
Financiamentos obtidos	16	227 500,00	205 000,00
Total dos Passivos Não Correntes		572 360,00	205 000,00
Fornecedores	16	330 087,50	664 437,60
Estado e outros entes públicos	15/16	30 324,18	42 408,56
Financiamentos obtidos	16	324 748,08	264 348,58
Outras contas a pagar	16	161 737,70	181 315,62
Diferimentos	19	23 674,83	37 294,90
Total dos Passivos Correntes		870 572,29	1 189 805,26
Total do Passivo		1 442 932,29	1 394 805,26
		2 004 998,68	1 846 189,43

Para ser lido com as notas anexas às demonstrações financeiras

O CONTABILISTA CERTIFICADO

Isabela Costa

A DIREÇÃO

Aneme - Associação Nacional das Empresas Metalúrgicas e Electromecânicas

Demonstração Individual dos Resultados por Naturezas
Exercício findo em 31 de Dezembro de 2019

(Valores expressos em euros)

	Notas	2019	2018
Vendas e Serviços Prestados	12	404 700,40	374 192,90
Subsidios, doações e legados à exploração	13	461 517,53	505 426,52
Fornecimentos e serviços externos	19	(717 594,41)	(866 013,32)
Gastos com o pessoal	17	(371 148,67)	(411 324,11)
Outros rendimentos e ganhos	12 / 19	319 434,07	497 903,39
Outros gastos e perdas	19	(64 632,08)	(59 660,72)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		32 276,84	40 524,66
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	7	(9 115,32)	(11 026,94)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		23 161,52	29 497,72
Juros e rendimentos similares obtidos		-	-
Juros e gastos similares suportados	8	(19 845,54)	(20 209,28)
Resultado antes de impostos		3 315,98	9 288,44
Imposto sobre o rendimento do periodo	15	(1 491,21)	(7 193,32)
Resultado líquido do período		1 824,77	2 095,12

Para ser lido com as notas anexas às demonstrações financeiras

O CONTABILISTA CERTIFICADO

Anabela Coste

A DIREÇÃO

Aneme - Associação Nacional das Empresas Metalúrgicas e Electromecânicas

Demonstração dos Fluxos de Caixa Individuais
Exercício findo em 31 de Dezembro de 2019

(Valores expressos em euros)

	Notas	31.Dez.19	31.Dez.18
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais			
Recebimentos de clientes e utentes		706 253,53	1 000 917,27
Pagamentos a fornecedores		(792 751,33)	(1 269 558,22)
Pagamentos ao pessoal		(381 980,88)	(374 422,70)
Caixa gerada pelas operações		(468 478,68)	(643 063,65)
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		1 019,95	5 476,97
Outros recebimentos/pagamentos		(28 710,66)	502 429,18
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais (1)		(496 169,39)	(135 157,50)
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Investimentos financeiros		-	(136,40)
		-	(136,40)
Recebimentos provenientes de:			
Investimentos financeiros		547 957,35	119 000,00
Dividendos		5 671,61	4 524,64
		553 628,96	123 524,64
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento (2)		553 628,96	123 388,24
Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		419 218,92	532 891,07
		419 218,92	532 891,07
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		(344 819,42)	(493 406,00)
Juros e gastos similares		(28 603,39)	(31 278,37)
		(373 422,81)	(524 684,37)
Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento (3)		45 796,11	8 206,70
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		103 255,68	(3 562,56)
Efeito das diferenças de câmbio		-	-
Caixa e seus equivalentes no início do período		20 872,33	24 434,89
Caixa e seus equivalentes no fim do período		124 128,01	20 872,33

O CONTABILISTA CERTIFICADO

A DIRECÇÃO

Aneme - Associação Nacional das Empresas Metalúrgicas e Electromecânicas

Demonstração das Alterações no Fundo Associativo - Exercício de 2019

(Valores expressos em euros)

			Capital Próprio atribuído aos detentores do capital				
			Fundo Associativo	Resultados transitados	Outras variações no Fundo Associativo	Resultado líquido do exercício	Total do capital próprio
Posição no Início do Período 2019	1	**Notas**	323 735,57	75 553,48	50 000,00	2 095,12	451 384,17
Alterações no período							
Outras alterações reconhecidas no capital próprio			-	110 952,57	-	(2 095,12)	108 857,45
	2		-	110 952,57	-	(2 095,12)	108 857,45
Resultado Líquido do Período	3					1 824,77	1 824,77
Resultado Integral	*4 = 2 + 3*					(270,35)	110 682,22
Operações com detentores de capital próprio	5		-	-	-	-	-
Posição no Fim do Período 2019	*6 = 1 + 2 + 3 + 5*		323 735,57	186 506,05	50 000,00	1 824,77	562 066,39

Para ser lido com as notas anexas às demonstrações financeiras

Demonstração das Alterações no Fundo Associativo - Exercício de 2018

(Valores expressos em euros)

			Capital Próprio atribuído aos detentores do capital				
			Fundo Associativo	Resultados transitados	Outras variações no Fundo Associativo	Resultado líquido do exercício	Total do capital próprio
Posição no Início do Período 2018	1	**Notas**	323 735,57	73 399,39	50 000,00	2 154,09	449 289,05
Alterações no período							
Outras alterações reconhecidas no capital próprio			-	2 154,09	-	(2 154,09)	-
	2		-	2 154,09	-	(2 154,09)	-
Resultado Líquido do Período	3					2 095,12	2 095,12
Resultado Integral	*4 = 2 + 3*					(58,97)	2 095,12
Operações com detentores de capital próprio	5		-	-	-	-	-
Posição no Fim do Período 2018	*6 = 1 + 2 + 3 + 5*		323 735,57	75 553,48	50 000,00	2 095,12	451 384,17

Para ser lido com as notas anexas às demonstrações financeiras

O CONTABILISTA CERTIFICADO

A DIREÇÃO

ANEME
Associação Nacional das Empresas Metalúrgicas e Electromecânicas

Anexo às Demonstrações Financeiras Individuais para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2019

(Valores expressos em euros)

Junho de 2019

1. Nota introdutória

A Associação Nacional das Empresas Metalúrgicas e Electromecânicas - ANEME, com o Número de Identificação Fiscal 500949220, é uma Associação de Empregadores constituída em 1960 e tem por objetivo a representação, defesa e promoção dos direitos e interesses dos seus associados, junto da administração e poderes públicos, parceiros sociais e UE.

A ação da ANEME desenvolve-se junto aos seguintes subsetores de atividade:

- Indústrias básicas do ferro e do aço;
- Fundição de ferrosos e não ferrosos;
- Fabricação de produtos metálicos;
- Fabricação de máquinas e equipamentos;
- Fabricação de aparelhos e instrumentos médico-cirúrgicos;
- Fabricação de material de transporte;
- Fabricação de mobiliário metálico;
- Entre outras indústrias transformadoras.

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

a) Referencial Contabilístico

Em 2019 as demonstrações financeiras da ANEME foram preparadas de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovadas pelo Decreto-Lei n.º 36/2011 de 30 de Março, e aplicam-se às entidades que prossigam a título principal uma atividade sem fins lucrativos e que não possam distribuir aos seus membros ou contribuintes qualquer ganho económico ou financeiro direto, designadamente associações, fundações e pessoas coletivas públicas de tipo associativo.

b) Pressuposto da continuidade

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Associação, mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

c) Regime do acréscimo

A Associação regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o regime do acréscimo, pelo qual os rendimentos e gastos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas de "Outras contas a receber e diferimentos".

d) Classificação dos ativos e passivos não correntes

Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis a mais de um ano a contar da data da demonstração da posição financeira são classificados, respetivamente, como ativos e passivos não correntes.

e) Passivos contingentes

Os passivos contingentes não são reconhecidos no balanço, sendo os mesmos divulgados no anexo, a não ser que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja remota.

f) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados de acordo com a substância contratual independentemente da forma legal que assumam.

g) Eventos subsequentes

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam nessa data são refletidos nas demonstrações financeiras.
Caso existam eventos materialmente relevantes após a data do balanço, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

h) Derrogação das disposições do SNC

Não existiram, no decorrer do exercício a que respeitam estas demonstrações financeiras, quaisquer casos excepcionais que implicassem a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC.

3. Principais políticas contabilísticas

As principais políticas de contabilidade aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras são as que nas notas aplicáveis abaixo se descrevem. Estas políticas foram consistentemente aplicadas a todos os exercícios apresentados, salvo indicação em contrário.

3.1. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras da ANEME são apresentadas em euros. O euro é a moeda funcional e de apresentação.
As transações em moeda estrangeira são transpostas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio prevalecentes à data da transação.
Os ganhos ou perdas cambiais resultantes dos pagamentos/recebimentos das transações bem como da conversão de taxa de câmbio à data de balanço dos ativos e passivos monetários, denominados em moeda estrangeira são, reconhecidos na demonstração dos resultados na rubrica "Gastos de financiamento", se relacionados com empréstimos ou em "Outros gastos ou perdas operacionais", para todos os outros saldos/transações.

4. Fluxos de Caixa

A demonstração de fluxos de caixa referente ao exercício de 2019, foi preparada pelo método direto, conforme exigida pela NCRF2, pretendendo-se deste modo, detalhar as quantias dos meios financeiros líquidos constantes do balanço e da DFC.

Os registos nas diversas rubricas da demonstração dos fluxos de caixa correspondem efetivamente aos recebimentos/pagamentos observados, sendo registados numa base bruta, i.e., não compensando entradas com saídas, exceto quanto a:

(a) recebimentos e pagamentos (de caixa) por conta de clientes quando o fluxo de caixa reflita as atividades do cliente; e

(b) recebimentos e pagamentos (de caixa) dos itens em que a rotação seja rápida, as quantias sejam grandes e os vencimentos sejam curtos (p.ex. utilizações e amortizações de contas caucionadas, financiamentos por recurso a desconto de títulos, cheques e factoring).

Os recebimentos de clientes e os pagamentos a fornecedores e outros englobam, IVA e outros impostos e taxas liquidados nas transações realizadas.

Os pagamentos ao pessoal incluem as retenções efetuadas e outros encargos devidos pela própria Associação mas que não lhes sejam pagos.

Os dividendos e juros recebidos são registados pelo valor bruto sendo as inerentes retenções de impostos registadas em rubrica apropriada de impostos sobre o rendimento da sociedade.

Os fluxos de caixa resultantes de transações em moeda estrangeira são registados à taxa de câmbio da data do fluxo de caixa. Os ganhos e as perdas não realizados provenientes de alterações de taxas de câmbio de moeda estrangeira são relatados separadamente na demonstração dos fluxos de caixa, a fim de reconciliar os valores inicial e final de caixa e equivalentes.

Não são relatadas operações que não envolvam diretamente fluxos de caixa (p.ex. operações de locação financeira, permutas de ativos, conversão de passivos em capital, recebimentos ou pagamentos realizados por terceiros por conta da sociedade).

Nas transações que sejam liquidadas por recurso a outros itens para além de caixa e equivalentes apenas são relatados os movimentos de caixa e equivalentes.

Os pagamentos ou recebimentos relacionados com impostos sobre o rendimento da Associação são apresentados como atividade operacional.

Os dividendos e juros recebidos relacionados com investimentos financeiros são apresentados como atividade de investimento.

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica de caixa e seus equivalentes compreende também os descobertos bancários que não sejam considerados financiamentos.

Os montantes incluídos na rubrica de caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa, depósitos bancários e outros instrumentos financeiros que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor. Os descobertos bancários são incluídos na rubrica "Financiamentos obtidos", expresso no "passivo corrente".

Saldos de Caixa e Equivalentes a 31 de Dezembro de 2019

	31-Dez-19	31-Dez-18
Caixa	1 115,57	300,14
Depósitos à ordem	123 012,44	20 572,19
	124 128,01	20 872,33

5. Divulgações de Partes Relacionadas

Partes relacionadas são terceiros com quem existam relações que possam afetar os resultados e a posição financeira da entidade que relata.

A norma define as seguintes partes relacionadas: empresa-mãe, acionistas de referência e familiares próximos, subsidiárias, empreendimentos conjuntos, associadas, pessoal chave da gestão da entidade ou da empresa-mãe e familiares próximos, e planos de benefícios pós-emprego.

Partes relacionadas:

Referência	Denominação	% capital	Obs.
Associadas	Aftem - Associação para Formação Tecnológica de Eng. Mecânica e Materiais	50,00%	

No exercício findo em 31 de Dezembro de 2019 e 2018, os saldos pendentes e transações mantidos com partes relacionadas foram como segue:

Transações	31-Dez-19	31-Dez-18
Prestação de serviços	-	-
Rendas Obtidas	-	-
Outras Receitas	-	-

Saldos	31-Dez-19	31-Dez-18
Prestações suplementares	90 801,66	82 301,66

6. Ativos Intangíveis

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas. Estes ativos só são reconhecidos se for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Associação, sejam controláveis pela Associação e se possa medir razoavelmente o seu valor.

Durante os períodos findos em 31 de Dezembro de 2019 e 2018 os movimentos ocorridos nos ativos intangíveis foram os seguintes:

	31 de Dezembro de 2019					
	Saldo em 01-Jan-19	Aquisições / Dotações	Abates	Perdas por imparidade	Reclassificação	Saldo em 31-Dez-19
Software	21 362,87	-	-	-	-	21 362,87
	21 362,87	-	-	-	-	21 362,87

	31 de Dezembro de 2018					
	Saldo em 01-Jan-18	Aquisições / Dotações	Abates	Perdas por imparidade	Reclassificação	Saldo em 31-Dez-18
Software	21 362,87	-	-	-	-	21 362,87
	21 362,87	-	-	-	-	21 362,87

	Saldo em 01-Jan-19	Reforço	Abates	Reclassificação	Saldo em 31-Dez-19
Depreciações Acumuladas					
Software	21 362,87	-	-	-	21 362,87
	21 362,87	-	-	-	21 362,87

	Saldo em 01-Jan-18	Reforço	Abates	Reclassificação	Saldo em 31-Dez-18
Depreciações Acumuladas					
Software	21 362,87	-	-	-	21 362,87
	21 362,87	-	-	-	21 362,87

7. Ativos Fixos Tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após o início de utilização dos bens, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

	Anos de vida útil
Edificios e outras construções	5 - 50
Equipamento básico	4 - 8
Equipamento de transporte	3 - 7
Equipamento administrativo	2 - 10
Outros activos fixos tangiveis	1 - 4

As despesas com reparação e manutenção destes ativos que não resultem em aumentos na vida útil do bem são consideradas como gasto no período em que ocorrem.
Os ativos fixos tangíveis em curso representam bens ainda em fase de construção/promoção, encontrando-se registados ao custo de aquisição.

Estes bens são depreciados a partir do momento em que os ativos subjacentes estejam concluídos ou em estado de uso.
As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação/abate, sendo registadas na demonstração dos resultados nas rubricas "Outros rendimentos operacionais" ou "Outros gastos operacionais", consoante se trate de mais ou menos valias.

De acordo com a NCRF 6, alguns intangíveis (no caso de software de computadores) poderão estar contidos numa substância física tal como um disco compacto, e nessas circunstâncias a entidade terá de usar o seu juízo de valor para avaliar se estes serão de tratar segundo a NCRF 7 – Ativos Fixos Tangíveis ou segundo a NCRF 6 de acordo com o seu elemento mais significativo.

É entendimento da Associação que quando o software adquirido faça parte integrante do equipamento e que este não funcione sem esse software específico será de tratar como ativo fixo tangível. Se pelo contrário, o software não for parte integrante do hardware respetivo, então é tratado como um ativo intangível.

O movimento ocorrido nos ativos fixos tangíveis e respetivas depreciações, nos exercícios de 2019 e de 2018 foi o seguinte:

31 de Dezembro de 2019

	Saldo em 01-Jan-19	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Reclassificação	Saldo em 31-Dez-19
Terrenos e Recursos Naturais	284 489,73	-	(5 426,58)	87 430,95	-	366 494,10
Edifícios e outras construções	400 787,38	397 193,65	-	(87 430,95)	-	710 550,08
Equipamento básico	2 441,75	-	-	-	-	2 441,75
Equipamento de transporte	43 861,80	-	-	-	-	43 861,80
Equipamento administrativo	222 456,00	-	-	-	-	222 456,00
Outros ativos fixos tangíveis	49 739,55	-	-	-	-	49 739,55
	1 003 776,21	397 193,65	(5 426,58)	-	-	1 395 543,28

31 de Dezembro de 2018

	Saldo em 01-Jan-18	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Reclassificação	Saldo em 31-Dez-18
Terrenos e Recursos Naturais	284 489,73	-	-	-	-	284 489,73
Edifícios e outras construções	400 787,38	-	-		-	400 787,38
Equipamento básico	2 441,75	-	-	-	-	2 441,75
Equipamento de transporte	43 861,80	-	-	-	-	43 861,80
Equipamento administrativo	222 456,00	-	-	-	-	222 456,00
Outros ativos fixos tangíveis	49 739,55	-	-	-	-	49 739,55
	1 003 776,21	-	-	-	-	1 003 776,21

O valor registado em aquisições/dotações de Edifícios e outras construções refere-se à revalorização do imóvel de acordo com Relatório de Avaliação de 31 de dezembro de 2019 elaborado pela UON Consulting.

	Saldo em 01-Jan-19	Reforço	Abates	Reclassificação	Saldo em 31-Dez-19
Depreciações acumuladas					
Edifícios e outras construções	32 696,14	8 057,22	-	-	40 753,36
Equipamento básico	1 930,83	-	-	-	1 930,83
Equipamento de transporte	43 861,80	-	-	-	43 861,80
Equipamento administrativo	219 099,97	1 058,10	-	-	220 158,07
Outros ativos fixos tangíveis	49 739,56	-	-	-	49 739,56
	347 328,30	9 115,32	-	-	356 443,62

	Saldo em 01-Jan-18	Reforço	Abates	Reclassificação	Saldo em 31-Dez-18
Depreciações acumuladas					
Edifícios e outras construções	24 638,92	8 057,22	-	-	32 696,14
Equipamento básico	1 930,83	-	-	-	1 930,83
Equipamento de transporte	43 861,80	-	-	-	43 861,80
Equipamento administrativo	216 130,25	2 969,72	-	-	219 099,97
Outros ativos fixos tangíveis	49 739,56	-	-	-	49 739,56
	336 301,36	11 026,94	-	-	347 328,30

8. Custos de Empréstimos Obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são reconhecidos como gastos à medida que são incorridos, atendendo ao princípio da especialização do exercício, e compreendem juros, impostos e outras despesas conexas.
O total de custos com empréstimos obtidos levados a gastos durante o período de 2019 foi 19.845.54€ e em 2018 de 20.209.28€

9. Investimentos em Associadas

Os investimentos financeiros em empresas associadas nas quais a Associação tenha uma influência significativa ou onde exerce o controlo das mesmas através da participação nas decisões financeiras e operacionais, geralmente investimentos representando entre 20% a 50% do capital de uma empresa, são registados pelo método da equivalência patrimonial na rubrica 'Investimentos financeiros em equivalência patrimonial', exceto se existirem restrições severas e duradouras que prejudiquem significativamente a capacidade de transferência de fundos para a ANEME, caso em que é utilizado o método do Custo.

Nos restantes investimentos, quando a Associação não tem o poder de exercer controlo ou influência significativa, é utilizado o método do Custo.
A Associação detém uma participação de 50% na AFTEM – Associação para Formação Tecnológica de Engenharia Mecânica e Materiais, sedeada em Portugal, que, muito embora lhe confira influência significativa, não está contabilizada pelo método da equivalência patrimonial mas sim pelo método do custo. Isto porque se trata de uma associação e estas organizações prosseguem fins não lucrativos, sendo-lhes por isso vedada a distribuição de resultados.

Investimentos em empresas associadas	Sede	% participação	Partes de capital	Saldo em 31-Dez-19
AFTEM	Portugal	50%	27 618,94	27 618,94
			27 618,94	27 618,94

A ANEME tem empréstimos concedidos à AFTEM em forma de prestações suplementares no valor de 90.801,66€ (para complementação de informação ver nota 5)

10. Inventários

Os inventários são registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor líquido de realização.
O valor líquido de realização representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para a concluir os inventários e para efetuar a venda.
O custo de aquisição resulta dos gastos diretos de compra (líquidos de descontos comerciais e abatimentos), dos direitos de importação e outros impostos e taxas não dedutíveis, e dos gastos de transporte e outros diretamente atribuíveis à aquisição, necessários para colocar os inventários na sua condição e local atual.

Em 31 de Dezembro de 2019 e de 2018 a rubrica "Inventários" apresentava a seguinte composição:

	31-Dez-19	31-Dez-18
Mercadorias	3 132,59	3 132,59
	3 132,59	**3 132,59**
Perdas por imparidades de inventários	-3 132,59	-3 132,59
	-	-

Os bens incluídos no inventário de mercadorias são essencialmente livros de natureza técnica disponíveis para venda aos seus associados.
Após análise aos inventários detidos pela empresa verificou-se que os livros técnicos disponíveis para venda estão obsoletos e desatualizados, pelo que será inexequível a sua comercialização. Por este motivo, a Associação decidiu, conforme prescreve o normativo, contabilizá-los pelo Valor Realizável Líquido, criando nesse sentido uma perda de imparidade pelo valor total.

11. Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

Em 31 de Dezembro de 2019 e de 2018 os saldos desta rubrica apresentavam-se como segue:

	31-Dez-19		31-Dez-18	
Ativo	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Quotas	-	73 532,78	-	274 447,62
	-	**73 532,78**	-	**274 447,62**

Da análise das contas correntes dos associados resultou uma regularização de 187.805.10€ por contrapartida da conta de resultados transitados, por se considerar que este valor diz respeito a exercícios anteriores. Esta regularização deve-se a montantes de quotas que ficaram em divida de associados que se encontram insolventes e/ou sem atividade há diversos exercícios.

12. Rédito

O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços decorrentes da atividade normal da Associação. O rédito é reconhecido líquido do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), abatimentos e descontos.

A Associação reconhece rédito quando este pode ser razoavelmente mensurável, seja provável que a Associação obtenha benefícios económicos futuros, e os critérios específicos descritos a seguir se encontrem cumpridos. O montante do rédito não é considerado como razoavelmente mensurável até que todas as contingências relativas a uma venda estejam substancialmente resolvidas. A Associação baseia as suas estimativas em resultados históricos, considerando o tipo de cliente, a natureza da transação e a especificidade de cada acordo.

Os rendimentos são reconhecidos na data da prestação dos serviços.

Os juros recebidos são reconhecidos atendendo ao regime do acréscimo, tendo em consideração o montante em dívida e a taxa efetiva durante o período até à maturidade.

Os dividendos são reconhecidos na rubrica "Outros ganhos e perdas líquidos" quando existe o direito de os receber.

A Quantia Reconhecida por Categorias de Rédito nos períodos de 2019 e de 2018 foram como segue:

	2019			2018		
	Mercado Interno	Outros Mercados	Total	Mercado Interno	Outros Mercados	Total
Vendas de bens	41,70	-	41,70	-	-	-
Prestação de serviços	404 658,70	-	404 658,70	374 192,90	-	374 192,90
Subsidios, doações e legados à exploração	461 517,53		461 517,53	505 426,52		505 426,52
Outros Rendimentos e Ganhos	313 762,46	-	313 762,46	492 747,62	-	492 747,62
Dividendos	5 671,61	-	5 671,61	4 524,64	-	4 524,64
Outros rendimentos	-	-	-	631,13	-	631,13
	1 185 652,00	-	**1 185 652,00**	**1 377 522,81**	-	**1 377 522,81**

13. Subsídios do Governo

Os subsídios do Governo apenas são reconhecidos quando houver uma certeza razoável de que a Associação irá cumprir com as condições de atribuição dos mesmos, e de que os mesmos irão ser recebidos.

Os subsídios do Governo não reembolsáveis associados à aquisição ou produção de ativos não correntes são reconhecidos inicialmente no capital próprio, sendo subsequentemente imputados numa base sistemática como rendimentos do exercício durante as vidas úteis dos ativos com os quais se relacionam. Nos casos em que os subsídios estejam relacionados com ativos fixos tangíveis não depreciáveis ou ativos intangíveis com vida útil indefinida serão mantidos no capital próprio exceto quanto a quantias que sejam necessárias para compensar eventuais perdas por imparidade.

Subsídios do Governo reembolsáveis são passivos e como tal registados e apresentados. O eventual benefício decorrente da isenção ou bonificação de juros não é registado como ganho.

Outros subsídios do Governo são reconhecidos como rendimentos de uma forma sistemática durante os períodos necessários para os balancear com os gastos que é suposto compensarem. Subsídios do Governo que têm por finalidade compensar perdas já incorridas ou que não têm custos futuros associados são reconhecidos como rendimentos do período em que se tornam recebíveis.

Os subsídios à exploração destinam-se à cobertura de gastos, incorridos e registados, com o desenvolvimento de ações de projeção profissional e associativa, sendo os mesmos reconhecidos em resultados à medida que os gastos são incorridos, independentemente do momento de recebimento do subsídio.

Nos períodos de 2019 e de 2018 a Instituição reconheceu rendimentos relativos a Subsídios à Exploração decorrentes dos seguintes projectos:

	2019	2018
Internacionalização	16 863,59	5 700,00
Internacionalizar Português	-	15 914,64
Metal Empreende	-	9 705,74
Expoáfrica	26 922,28	199 054,64
Valor Metal	398 371,72	254 324,75
MOVE	67,32	4 357,11
IEFP	17 123,19	-
Outros subsídios	2 169,43	16 369,64
	461 517,53	**505 426,52**

14. Acontecimentos após a data de balanço

Impacto da Crise do COVID-19

Em março de 2020, atual crise sanitária decorrente do vírus COVID-19 foi declarada como Pandemia pela Organização Mundial de Saúde tendo sido adotadas tanto a nível Mundial como pelo Governo Português medidas excecionais temporárias relativas à referida situação, incluindo algumas restrições à atividade económica. À data ainda não é possível medir o impacto que este acontecimento vai ter no resultado de 2020.
Não verificamos à data, a existência de situações que possam resultar na incapacidade de virem a ser cumpridos os compromissos contratuais assumidos, bem como, a própria continuidade das operações.

Informações sobre condições que existiam à data de balanço

Não foram obtidas novas informações, sobre condições que existissem à data do balanço, que justifiquem qualquer atualização das divulgações constantes nas demonstrações financeiras.

Acontecimentos após a data do balanço que não deram lugar a ajustamentos

Não existem eventos, após a data do balanço, que requeressem ajustamentos a introduzir nas demonstrações financeiras

15. Impostos sobre o rendimento

A Associação, em virtude de não exercer a título principal atividades de tipo comercial, industrial ou agrícola, beneficia de isenção de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas, ao abrigo do artigo 55.º do Estatuto dos Benefícios Fiscais, no que respeita à obtenção de rendimentos provenientes das atividades de natureza associativa.

Os restantes rendimentos estão sujeitos a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) à taxa geral de 21%, sobre a matéria coletável.

Ao valor de coleta de IRC assim apurado, acresce ainda a tributação autónoma sobre os encargos de natureza não associativa e às taxas previstas no artigo 88º do Código do IRC. No apuramento da matéria coletável, à qual é aplicada a referida taxa de imposto, são adicionados e subtraídos ao resultado contabilístico os montantes não aceites fiscalmente. Esta diferença, entre resultado contabilístico e fiscal, pode ser de natureza temporária ou permanente.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos, exceto quando tenham havido prejuízos fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Assim, as declarações fiscais da Associação dos anos de 2015 a 2019 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

Relacionamento entre gasto (rendimento) de imposto de lucro contabilístico		Obs.	31/dez/19	31/dez/18
Resultado líquido do exercício (actividade tributável)			6 286,67	24 945,42
Gasto / rendimento de:				
Imposto Corrente			1 491,21	7 193,32
Imposto Diferido				
Resultado antes de imposto		1	7 777,88	32 138,74
Variações patrimoniais		2		
Diferenças permanentes	A acrescer:	3	0,00	0,00
	A deduzir:	4	0,00	0,00
Diferenças temporárias	A acrescer:	5		
	A deduzir	6		
Lucro actividade comercial		7		
Lucro (prejuízo fiscal)		8 = 1+2+3-4+5-6+7	7 777,88	32 138,74
Dedução de perdas fiscais		9	0,00	0,00
Matéria colectável		10=8-9	7 777,88	32 138,74
Colecta		11	1 320,20	7 042,79
Benefícios por dedução à colecta		11		
Ajustamentos à colecta - tributação autónoma		12	171,01	150,52
Imposto sobre o rendimento do período		15=10-11+12+13+14	1 491,21	7 193,31
Taxa de imposto aplicável		16=15/7	19,17%	22,38%
Taxa média efectiva de imposto		17=15/(1+2)	19,17%	22,38%

16. Instrumentos Financeiros

16.1. Clientes e outros valores a receber

As contas de "Clientes" e "Outros valores a receber" não têm implícitos juros e são registadas pelo seu valor nominal diminuído de eventuais perdas de imparidade, reconhecidas nas rubricas 'Perdas de imparidade acumuladas', por forma a que as mesmas reflitam o seu valor realizável líquido.

Em 31 de Dezembro de 2019 e de 2018, a rubrica "Outras contas a receber" tinha a seguinte composição:

	31-Dez-19		31-Dez-18	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Devedores por Acréscimos de Rendimentos	-	355 176,02	-	471 887,86
Pessoal	-	200,78	-	-
Fornecedores	-	3 956,57	-	6,37
Outros Devedores	-	47 759,17	-	24 574,77
	-	407 092,54	-	496 469,00

Nos valores referentes a rubricas de devedores por acréscimos de rendimentos estão incluídos os subsídios a receber no âmbito dos vários projetos desenvolvidos pela ANEME que foram reconhecidos no exercício (para mais informações consultar nota 13).

16.2. Fornecedores e outras contas a pagar

As contas a pagar a fornecedores e outros credores, que não vencem juros, são registadas pelo seu valor nominal, que é substancialmente equivalente ao seu justo valor.

Em 31 de Dezembro de 2019 e de 2018 a rubrica "Fornecedores" tinha a seguinte composição:

	31-Dez-19		31-Dez-18	
	Fornecedores gerais	Grupo / relacionados	Fornecedores gerais	Grupo / relacionados
Fornecedores não corrente	344 860,00	-		-
Fornecedores conta corrente	330 087,50	-	664 437,60	-
	674 947,50	-	664 437,60	-

No saldo de 2019, importa salientar a entidade CENFIM – Centro Formação Profissional da Indústria Metalo Mecânica, que representa cerca de 56% dos créditos a pagar aos fornecedores, e que respeita a serviços sub-contratados no âmbito de diversas ações técnicas de formação em Angola para a SONAMET.

Em 31 de dezembro de 2019, o montante apresentado em não corrente diz respeito à divida ao CENFIM – Centro Formação Profissional da Indústria Metalo Mecânica com prazo de pagamento superior a um ano.

Em 31 de Dezembro de 2019 e de 2018 a rubrica "Outras contas a pagar" não corrente e corrente tinha a seguinte composição:

	31-Dez-19		31-Dez-18	
	Não corrente	**Corrente**	**Não corrente**	**Corrente**
Credores por acréscimos de gastos	-	50 719,23	-	55 544,25
Outros Credores	-	110 905,37	-	125 712,52
Clientes	-	113,10	-	33,10
Pessoal	-	-	-	25,75
	-	**161 737,70**	-	**181 315,62**

O saldo de credores por acréscimos de gastos corresponde essencialmente às responsabilidades assumidas pela Associação com férias e subsídios de férias dos seus funcionários, calculadas com base nas remunerações dos trabalhadores previstas para o ano seguinte, bem como despesas ocorridas com prestações de serviços ainda não faturadas.

16.3. Financiamentos bancários

Os empréstimos são registados no passivo pelo valor nominal recebido líquido de comissões com a emissão desses empréstimos. Os encargos financeiros apurados de acordo com a taxa de juro efetiva são registados na demonstração dos resultados de acordo com o regime do acréscimo.

Os empréstimos são classificados como passivos correntes, a não ser que a Associação tenha o direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por mais de 12 meses após a data de relato.

Em 31 de Dezembro de 2019 e de 2018 os saldos desta rubrica apresentavam-se como segue:

	31-Dez-19		31-Dez-18	
	Não corrente	**Corrente**	**Não corrente**	**Corrente**
Financiamento bancário (i)	227 500,00	274 748,08	205 000,00	204 348,58
Outros empréstimos (ii)		50 000,00		60 000,00
	227 500,00	**324 748,08**	**205 000,00**	**264 348,58**

(i) A Associação tem a 31 de Dezembro três contas correntes contratadas com três instituições de crédito distintas de forma a poder fazer face a necessidades de tesouraria, à qual estão associadas as seguintes taxas:

- Millennium BCP - conta corrente à taxa Euribor a 6 meses, acrescido de um spread de 5%
- CGD - conta corrente à taxa Euribor a 3 meses, TAN de 3.95% e spread de 3.95%
- BPI - conta caucionada à taxa Euribor a 6 meses, acrescido de um spread de 3.75%.
- Millennium BCP – Linha de crédito para financiamento sob a forma de empréstimo (apresentação de faturas de despesa do Projeto Move – Formação Ação) à taxa Euribor a 6 meses, acrescida de spread 5%

(ii) Encontra-se registada em rubrica de outros financiadores um empréstimos a curto prazo com juros associados à taxa de 4% ao ano.

16.4. Investimentos Financeiros noutras empresas

A associação detém diversas participações no capital de outras empresas que não lhe confere o poder de exercer controlo ou influência significativa.

Durante o período findo em 31 de Dezembro de 2019, os saldos apresentam-se como segue:

Investimentos em Outras Empresas	Partes de capital
Apcer, S. A.	3 667,00
Biomassa	2 493,99
Catim	4 987,98
Apcer - Associação	2 244,59
Certif	7 500,00
Immas	498,80
ANREEE	5 000,00
Cefamel - Poolnet	500,00
Produtech	5 000,00
Cedintec	2 500,00
	34 392,36

Refira-se que, no último exercício, a Associação obteve rendimentos relacionado com a participada APCER no valor de 5.671.61€ e em 2018 de 4.524.64€.
De referir igualmente que a Associação tem um empréstimo concedido à Produtech no valor de 3.750,00€.

16.5. Estado e outros entes públicos

Em 31 de Dezembro de 2019 e de 2018 a rubrica "Estado e outros entes públicos" no ativo e no passivo, apresentava os seguintes saldos:

Ativo	**31-Dez-19**	**31-Dez-18**
Imposto sobre o rend. das pessoas colectivas (IRC)	-	2 437,85
	-	2 437,85
Passivo		
Imposto sobre o rend. das pessoas colectivas (IRC)	73,31	
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	10 913,90	18 578,26
Imposto sobre o rend. das pessoas singulares (IRS)	7 068,80	9 708,80
Segurança Social	12 268,17	14 121,50
	30 324,18	42 408,56

17. Benefícios dos Empregados

A repartição dos gastos com o pessoal nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2019 e de 2018, foi a seguinte:

	2019	2018
Remunerações do pessoal	306 327,39	339 672,83
Encargos sobre remunerações	60 554,93	66 113,09
Seguros	2 631,80	1 609,53
Outros gastos com pessoal	1 634,55	3 928,66
	371 148,67	**411 324,11**

O número médio de empregados da Instituição no exercício de 2019 foi 12, mantendo-se o número de 2018.

18. Informações exigidas por diplomas legais

A Direção informa que a Associação não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.
Dando cumprimento ao estipulado no Decreto nº 411/91, de 17 de Outubro, a Direção informa que a situação da Associação perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

19. Outras informações

19.1. Fundos

Em 31 de Dezembro de 2019 o Fundo Associativo da organização cifrava-se em 323.735,57€.

19.2. Resultados transitados

A rubrica de Resultados transitados, nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2019 e de 2018, foram como segue:

Saldo em 01-jan-2018	73 399,39
Transferência Resultado 2017	2 154,09
Saldo em 31-dez-2018	75 553,48
Saldo em 01-jan-2019	75 553,48
Transferência Resultado 2018	2 095,12
Reavaliação Edificio	391 767,07
Regularização Quotas Associados	(187 805,10)
Regularização Saldos Clientes/Devedores	(95 104,52)
Saldo em 31-dez-2019	186 506,05

19.3. Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2019 e de 2018 os saldos da rubrica "Diferimentos" do ativo e passivo foram como segue:

	31-Dez-19	31-Dez-18
Diferimentos (Ativo)		
Seguros pagos antecipadamente	3 991,38	4 701,83
Quotas pagas antecipadamente	0,00	306,76
Outros gastos a reconhecer	23 620,14	9 490,41
	27 611,52	14 499,00
Diferimentos (Passivo)		
Rendimentos a reconhecer	15 312,50	28 975,00
Rendas	8 362,33	8 319,90
	23 674,83	37 294,90

19.4. Outros Rendimentos e Ganhos

Os outros rendimentos e ganhos, nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2019 e de 2018, foram como segue:

	2019	2018
Rendimentos suplementares	4 800,00	8 700,00
Rendimentos e ganhos em inv. não financeiros	100 455,04	90 478,41
Juros e dividendos Obtidos	5 671,61	4 524,64
Outros rendimentos e ganhos	208 507,42	394 200,34
	319 434,07	**497 903,39**

Na rubrica de outros rendimentos e ganhos, cerca de 97% do saldo respeita a recuperação de despesas pagas pela ANEME, mas que são referentes a gastos comuns das ações empresariais e projetos desenvolvidos pela Associação no exterior com o objetivo de potenciar negócios entre empresas portuguesas e estrangeiras.

19.5. Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos fornecimentos e serviços externos nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2019 e de 2018, foi a seguinte:

	2019	2018
Serviços especializados	510 531,34	662 961,45
Materiais	10 585,00	9 792,18
Energia e fluidos	3 413,15	2 429,71
Deslocações, estadas e transportes	68 501,38	91 508,08
Serviços diversos	124 563,54	99 321,90
donde Rendas e Alugueres	88 085,17	58 183,04
donde Comunicação	14 034,55	17 439,09
donde Seguros	9 109,68	7 951,57
donde Contensioso e Notariado	316,14	2 492,03
donde Despesas Representação	3 581,86	3 924,90
donde Limpeza, Higiene e Conforto	9 436,14	9 289,13
donde Outros	-	42,14
	717 594,41	**866 013,32**

19.6. Outros Gastos e Perdas

Os outros gastos e perdas, nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2019 e de 2018, foram como segue:

	2019	2018
Impostos	655,07	4 748,65
Outros gastos e perdas	63 977,01	54 912,07
	64 632,08	**59 660,72**

Na rubrica de outros gastos e perdas de realçar que cerca de 71% respeitam a despesas pagas de quotizações associativas.

O CONTABILISTA CERTIFICADO

A DIREÇÃO

RELATÓRIO DE AUDITORIA

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da **ANEME – Associação Nacional das Empresas Metalúrgicas e Electromecânicas** (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2019 (que evidencia um total de 2.004.998,68 euros e um total de fundos patrimoniais de 562.066,39 euros, incluindo um resultado líquido de 1.824,77 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas estão preparadas, em todos os aspetos materiais, de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Ênfase

Conforme divulgado na nota 14 do Anexo – Acontecimentos após a data do balanço, chamamos a vossa atenção para os impactos da pandemia do vírus SARS-CoV-2 e da doença COVID-19 no setor em que a Associação opera e sua incerteza atual na atividade operacional futura da entidade. A nossa opinião não é modificada em relação a esta matéria.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de atividades nos termos legais e regulamentares aplicáveis;

Registada na O. R. O. C. Inscrição n.º 147. Registada na C. M. V. M. nº 20161458 . Contribuinte 503 848 522

- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devida a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;

Registada na O. R. O. C. Inscrição n.º 147. Registada na C. M. V. M. nº 20161458 . Contribuinte 503 848 522

- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, nos termos da Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística; e
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

Lisboa, 25 de junho de 2020

J. CAMILO & ASSOCIADOS

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

Inscrita na Ordem dos Revisores Oficiais de Contas sob o número 147

Registada na C.M.V.M. com o número 20161458

representada pelo sócio

Joaquim Pereira da Silva Camilo

ROC nº 829

Registada na O. R. O. C. Inscrição n.º 147. Registada na C. M. V. M. nº 20161458 . Contribuinte 503 848 522

aneme

PARECER DO CONSELHO FISCAL

ATA Nº. 61

Em cumprimento do estipulado no artigo 26º, alínea b) dos Estatutos, reuniu na sede da ANEME, no dia quinze de setembro, de dois mil e vinte, o Conselho Fiscal, estando presentes os membros em exercício, a fim de emitir o seu parecer sobre o "Relatório e Contas" da Direção, referente ao exercício de dois mil e dezanove.

Depois de analisar os elementos contabilísticos e apreciar o Relatório de Auditoria, verificámos que as Demonstrações Financeiras apresentadas, estão de acordo com as disposições contabilísticas e estatutárias aplicáveis e refletem a situação financeira da ANEME.

Somos, pois, de parecer que sejam aprovados, em Assembleia Geral, o Relatório e Contas referentes a este Exercício, bem como a proposta da Direção de aplicação de resultados, manifestando o nosso agradecimento à Direção e aos Serviços da Associação pela colaboração e trabalho dispensado na elaboração dos elementos apreciados.

Finalmente, este Conselho deu consentimento expresso à substituição de Paulo Dinis Rodrigues Fatia representante da Electro Portugal neste Conselho Fiscal, passando aquela empresa a fazer-se representar por Luis Miguel Duarte Antunes.

E para que conste se lavra a presente ata que vai ser assinada pelos presentes.

ELECTRO PORTUGAL, LDA
Rep. por: Luis Miguel Duarte Antunes

MICRONORMA - COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE FERRAMENTAS, SA
Rep. por: Maria Helena Pereira Filipe

HENRIQUES & HENRIQUES, SA.
Rep. por: João Saúl Pereira Henriques

[t] +351 217 112 740
[f] +351 217 150 403
[e] aneme@aneme.pt
www.aneme.pt

Pólo Tecnológico de Lisboa
Rua Francisco Cortês Pinto nº 2 (Lote 13b)
1600-602 Lisboa
PORTUGAL

Associação Nacional
das Empresas
Metalúrgicas e
Electromecânicas